

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO DE 2009 A ABRIL DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>129.810</b>	-	<b>129.810</b>
Pessoal Ativo	117.997	-	117.997
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	1.880		1.880
Demais despesas com Pessoal Ativo	116.117		116.117
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.813	-	11.813
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	11.813		11.813
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>13.909</b>	-	<b>13.909</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			-
Decorrentes de Decisão Judicial	1.880		1.880
Despesas de Exercícios Anteriores	865		865
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.164		11.164
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>115.901</b>	-	<b>115.901</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			468.699.862
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,024728%	0,000000%	0,024728%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	0,038802%		181.865
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % >	0,036862%		172.772

FONTE: SIAFI 2009 E 2010 / SOF-SECAN-TRT21

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

- 2) Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas quanto às Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta), todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo; 3) Do Total das Despesas com Pessoal Ativo, R\$ 17.434 referem-se à Contribuição Patronal;
- 4) Do Total de Sentenças Judiciais, R\$ 1.280 refere-se a pagamento de Precatórios e R\$ 600 a Sentenças de Pequeno Valor;
- 5) O valor pago referente a Destaques para pagamento de Precatórios da Adm. Indireta (não incluído no RGF) é de R\$ 7.249;
- 6) No Total das Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas está incluso o valor de R\$ 12, referente a despesa equivocadamente liquidada no elemento 319094, fato regularizado para o elemento correto (319003) no mês de maio/2010.

José Barbosa Filho  
 Desembargador Presidente

Tareja Christina Seabra de Freitas Medeiros  
 Ordenadora de Despesas

Jairo de Lima Dantas  
 Assessor de Controle Interno

Enock de Paiva Cavalcante  
 Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças

Francisco Erivaldo Araújo do Nascimento  
 Diretor do Serviço de Pagamento